



PREFEITURA DE SÃO PAULO

SUBPREFEITURA SÉ

Supervisão Técnica de Manutenção

Rua Álvares Penteado, 49, - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01012-000
Telefone: 33971200

Termo de Referência

PROCESSO Nº 6056.2026/0004236-8

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente objeto trata da contratação de serviços de máquinas pesadas, conforme discriminado abaixo:

1.2. 01 Escavadeira Hidráulica com esteira, no máximo 10 anos de uso, com conjunto de braço, lança e caçamba com alcance mínimo de profundidade de 10 metros, caçamba com capacidade mínima de 1,5 m³, incluindo combustível e operador.

1.2.1. 01 Cavalo Mecânico, com no máximo 10 anos de uso, capacidade mínima de 35 toneladas, equipado com prancha de capacidade mínima de 35 toneladas, compatível para o transporte a que se destina, especialmente a Escavadeira Hidráulica, incluindo combustível e motorista.

1.2.2. Os serviços serão prestados nos locais indicados pela Subprefeitura Sé, devendo os equipamentos apresentar-se em local a ser indicado pelo gestor do contrato, com motorista/operador e devidamente abastecidos.

1.2.3. A quantidade total de horas de disponibilidade dos caminhões e equipamentos será conforme discriminadas abaixo e distribuídas conforme conveniência e necessidade da administração, notadamente dentro do expediente normal (de segunda a sexta-feira, sendo 8 horas de trabalho e 1 hora para almoço) e, excepcionalmente, aos sábados, domingos e feriados:

- 01 Escavadeira Hidráulica - **até** 176 horas mensais.
- 01 Cavalo Mecânico - **até** 44 horas mensais.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Os serviços de manutenção da Cidade de São Paulo devem ser realizados de forma contínua e preventiva. Para tanto, são necessários diversos serviços, dentre eles a utilização de veículos e máquina pesada necessários para execução de serviços essenciais à zeladoria e obras executadas pela Subprefeitura Sé.

2.2. A locação de equipamentos, faz-se necessária para que haja agilidade e qualidade na prestação dos serviços de Zeladoria da Cidade prestados pela Coordenadoria de Projetos e Obras, em especial pela Supervisão Técnica de Manutenção desta Subprefeitura Sé.

2.3. Em relação aos serviços, vale destacar as intervenções contempladas por objetos serviços essenciais à zeladoria e obras executadas pela Subprefeitura Sé – SUB-SÉ, os serviços desassoreamento de córregos e canais, além de serviços de retirada de solo de terreno com altos níveis de profundidade, para a devida execução de serviços de manutenção em galerias profundas ou outras obras e serviços inerentes aos serviços de manutenção e zeladoria.

2.4. Os equipamentos, serão utilizados em vias e logradouros públicos, bem como no pátio da Coordenadoria de Projetos e Obras e outros próprios municipais, para limpeza e transporte de resíduos e entulhos para o Aterro Sanitário.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. Descrição - Locação de equipamentos, incluindo motoristas, operadores e combustível.

3.1.1. O objeto desta contratação é imprescindível para o bom andamento dos serviços prestados à população da região sob a jurisdição da Subprefeitura Sé.

3.1.2. Os serviços são comuns, tendo em vista a existência de empresas no mercado que podem atender à contratação pretendida.

4. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1. O contrato em questão visa à locação dos seguintes equipamentos:

4.1.1. 01 (uma) Escavadeira Hidráulica com esteira, com idade máxima de 10 (dez) anos de uso, conjunto de braço, lança e caçamba com alcance mínimo de profundidade de 10 (dez) metros, caçamba com capacidade mínima de 1,5 m³, incluindo combustível e operador, tipo Hyundai HX350L ou similar.

4.1.2. 01 (um) Cavalo Mecânico com prancha rebaixada, modelo 4x2, Volkswagen 19.360 ou similar, com idade máxima de 10 (dez) anos de uso, capacidade mínima de 35 (trinta e cinco) toneladas, equipado com prancha compatível para transporte de escavadeira hidráulica, incluindo combustível e motorista.

4.2. Entrega e Critérios de Aceitação do objeto

4.2.1. A CONTRATADA se obriga a atender a ordem de início e as ordens dos Serviços emitidas pela Supervisão Técnica de Manutenção da Subprefeitura Sé, em data definida nos documentos indicados.

4.2.2. O local de entrega, horário e condições de recebimento do Objeto deverão estar de acordo com o estabelecido na ordem de início e nas ordens dos serviços.

4.2.3. O fiscal do contrato deverá dar o aceite dos equipamentos entregues. Caso haja recusa, a CONTRATADA deverá substituir o mesmo no prazo máximo de 24 horas. Podendo ser objeto de multa contratual.

4.2.4. Os equipamentos alocados deverão ser obrigatoriamente identificados, preferencialmente nas portas laterais, com os dizeres “A serviço da SUBPREFEITURA SÉ”, bem como a logomarca da SUBPREFEITURA SÉ. A identificação deverá medir 21 x 29 cm.

4.2.5. O custo e a elaboração da identificação correrão por conta da CONTRATADA.

4.2.6. Os equipamentos admitidos deverão ter a comprovação de fabricação de no máximo 10 (dez) anos. Além disso, deverão apresentar boas condições técnicas

de funcionalidade e apresentar seguros dos mesmos.

4.2.7. Para a prestação dos serviços, os operadores deverão ter cursos específicos e habilitados, conforme legislação vigente, bem como se apresentar adequadamente vestidos com uniforme que identifique a CONTRATADA.

4.2.8. A CONTRATADA deverá substituir no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após conhecimento e respectiva comunicação elaborada pelo Fiscal do Contrato da SUBPREFEITURA SÉ, qualquer empregado que venha a ser considerado inapto e/ou incapacitado para suas funções.

4.2.9. Ficará sob responsabilidade da CONTRATADA, através de seu operador, a condução e acompanhamento dos equipamentos durante o transporte para a prestação dos serviços.

4.3. **CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

4.3.1. Os serviços serão prestados nos locais indicados pela Subprefeitura Sé e, para tanto, os equipamentos deverão apresentar-se em local a ser designado pela gestora do contrato, com motorista/operador e devidamente abastecidos.

4.3.2. A quantidade total de horas de disponibilidade dos equipamentos será conforme discriminadas abaixo e distribuídas conforme conveniência e necessidade da Administração, notadamente dentro do expediente normal (de segunda a sexta-feira, sendo 8 horas de trabalho e 1 hora para almoço) e, excepcionalmente, aos sábados, domingos e feriados:

4.3.2.1. Escavadeira Hidráulica – Mínimo de 40 horas e máximo de 176 horas mensais;

4.3.2.2. Cavalo Mecânico – Mínimo de 08 horas e máximo de 44 horas mensais;

4.3.3. Para a assinatura do contrato, os equipamentos a serem utilizados para a execução dos serviços, deverão ser submetidos à vistoria técnica e aprovação, mediante a análise das características impostas pelo edital junto a CPO da Subprefeitura Sé na presença do representante legal da CONTRATADA.

4.3.3.1. Por ocasião da apresentação dos equipamentos pela Subprefeitura Sé, a Empresa CONTRATADA deverá apresentar cópias da documentação relativa ao licenciamento dos equipamentos, do seguro obrigatório e IPVA, CNH (Carteira Nacional de Habilitação), todos válidos e documento de Registro Geral dos operadores, os quais deverão ser juntados aos autos pelo setor competente.

4.3.4. A contratada obriga-se a manter ficha diária de produção dos serviços efetuados pelos equipamentos, conforme modelo a ser fornecido pela Administração, da qual constarão os horários de apresentação e de dispensa, assim como todas as ocorrências. A confecção de tal documento gera presunção de pleno e cabal conhecimento por parte da contratada de qualquer registro que venha a ser feito no documento citado, o qual deverá ser juntado nos processos de liquidação e pagamento do período respectivo.

4.3.5. A contratada obriga-se a utilizar placas ou adesivos nos equipamentos, constando “A Serviço da Subprefeitura Sé” e telefone para reclamações. Os desenhos, cores e dimensões exatas, obedecerão ao modelo da PMSP.

4.3.6. A contratada deverá fornecer e exigir de seus funcionários o uso de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor e outros solicitados pela Fiscalização.

4.3.7. A contratada deverá colocar os equipamentos em adequadas condições de uso, correndo por sua conta toda e qualquer despesa com conservação e manutenção destes, suprimento de combustível e lubrificante.

4.3.7.1. Os equipamentos deverão ser apresentados, no local e horário pré-estabelecido, devidamente abastecidos de seu combustível.

4.3.7.2. Os motoristas deverão portar sempre os documentos de porte obrigatório do equipamento e o certificado de sua habilitação.

4.3.7.3. Em caso de avaria do(s) equipamento(s), que impeça(m) a execução do(s) serviço(s) a contento, deverá(ão) este(s) ser(em) imediatamente substituído(s) por outro similar, de maneira a não interromper o correto andamento dos serviços durante o tempo necessário aos reparos.

4.3.7.4. No caso da ocorrência de apreensão do(s) equipamento(s), as despesas decorrentes da retirada, guincho e outras, correrão por conta da Contratada.

4.3.8. A Contratada será responsável pela segurança do trabalho de seus funcionários e pelos atos por eles praticados, responsabilizando-se, ainda, por eventuais danos pessoais e materiais causados a terceiros, durante a prestação dos serviços à PMSP - Subprefeitura Sé.

4.3.9. A Contratada se obriga a afastar ou substituir, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, sem ônus para a PMSP - Subprefeitura Sé, qualquer motorista de seu quadro, que, por sua solicitação, não deva continuar a participar da prestação dos serviços.

4.3.10. A Contratada deverá arcar com os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.

4.3.11. Os equipamentos estarão sob a guarda e responsabilidade única da Contratada, uma vez que, se os equipamentos ficarem em área dentro do Município, fora do horário que estiver à disposição da Prefeitura, deverá haver manifestação do responsável designado pela Unidade Técnica, onde ficarão consignadas as condições de permanência, que deverão ser acatadas pela Contratada, não se responsabilizando a Administração por qualquer dano ou furto.

4.3.11.1. A locação dos equipamentos não poderá sofrer solução de descontinuidade, inclusive em função de operação de rodízio de veículos, implantada pelos órgãos governamentais, devendo a contratada substituí-los para o atendimento à Unidade Técnica.

4.3.11.2. Manter os equipamentos cobertos por apólice de seguro total, abrangendo acidentes, furto, roubo, incêndio e terceiros, incluindo a franquia, devidamente regularizados e licenciados. As apólices de seguro dos equipamentos deverão ser apresentadas quando solicitadas pela Contratante.

4.3.11.3. Manter a idade máxima dos equipamentos de 10 (dez) anos, sendo que estes deverão ser substituídos no momento oportuno, tendo como referência o ano de fabricação constante do documento do(s) equipamento(s). No caso de não ser(em) substituído(s), será(ão) considerado(s) como equipamento(s) faltante(s), ficando a empresa sujeita às penalidades previstas na cláusula do Termo de Contrato - Parte integrante do Edital.

4.3.11.4. Realizar a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos locados.

4.4. **Sustentabilidade.**

4.4.1. Manter política de boas práticas ambientais na gestão de suprimentos, especialmente quanto à aquisição e descarte de pneus, bem como dos resíduos dos processos de manutenção e limpeza dos equipamentos.

4.4.2. Observar as disposições da legislação vigente quanto à destinação final das embalagens de óleos lubrificantes.

4.4.3. Encaminhar os pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada e segura, em conformidade com as RESPONSABILIDADES SOCIOAMBIENTAIS;

4.4.4. Manter a regulação dos equipamentos automotores, preservando as suas características originais para que sejam minimizados os níveis de emissão de poluentes, visando contribuir com o atendimento dos programas de qualidade do ar, observados os limites máximos de emissão de gases, conforme legislação vigente.

4.4.5. Manter os equipamentos automotores de modo a coibir a deterioração e a adulteração do sistema de escapamento que possam resultar em níveis de emissão sonora superiores aos dos padrões aceitáveis nos termos da legislação vigente, normas brasileiras aplicáveis e recomendação dos manuais de proprietários e serviços do equipamento.

4.4.6. Observar a legislação vigente sobre controle de poluição do meio ambiente, em especial as regulamentações do IBAMA, CONAMA e Secretaria do Meio Ambiente/SP;

4.4.7. Manter programa interno de autofiscalização da correta manutenção dos equipamentos que estiverem vinculados ao Contrato, quanto à emissão de fumaça preta, sob pena de rescisão contratual;

4.4.8. Utilizar equipamentos movidos a combustíveis que causem menor impacto ambiental, visando a redução efetiva de emissões poluidoras à atmosfera;

4.5. **Subcontratação.**

4.5.1. Não será permitida a subcontratação.

4.6. **Garantia da contratação.**

4.6.1. Será exigida prestação de garantia em qualquer das modalidades previstas no parágrafo, no valor de 5% (cinco por cento) do valor contratado, conforme art.98 da Lei 14.133/2021

4.6.2. A garantia deverá ser reforçada no caso de prorrogação(ões) contratual(is).

4.7. **Especificações gerais.**

4.7.1. A contratada deverá possuir e manter em perfeito funcionamento, em todas as máquinas e equipamentos pesados, o dispositivo de monitoramento e rastreamento GPS, atendendo a Portaria nº 28/14-SMSP.

4.7.2. Para os serviços prestados dentro de São Paulo, observar a legislação vigente quanto ao Programa de Inspeção e Manutenção dos equipamentos em uso. Contratada deve manter frota destinada a este contrato apenas com equipamentos devidamente aprovado na inspeção veicular, caso venha a ser obrigatório por legislação vigente.

4.7.3. Todos os equipamentos deverão ter a cabine na cor branca.

4.7.4. Além das condições previstas no Edital, inclusive quanto à adequação das máquinas e equipamentos pesados às especificações do objeto, na vistoria técnica serão verificadas condições ideais de funcionamento, nível de ruídos, emissão de poluentes, falta de iluminação noturna, isenção de avarias, defeitos graves aparentes e demais exigências do Edital, bem como adaptações inadequadas que afetem as características dos caminhões e a segurança do uso em vias públicas.

4.7.5. O detalhamento das especificações dos itens deste Termo de Referência figuram como Anexo I – Especificações Técnicas da Solução.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 5.1. O contrato de locação estará sob a gestão de CPO, sendo a fiscalização exercida através de fiscais indicados pela autoridade competente.
- 5.1.1. Para comunicação formal, a Contratante poderá utilizar os seguintes contatos egomes@smsub.prefeitura.sp.gov.br e sdrocha@smsub.prefeitura.sp.gov.br.
- 5.2. Os serviços serão prestados nos locais indicados pela Subprefeitura Sé e, para tanto, os equipamentos deverão apresentar-se em local a ser indicado pela gestão do contrato, com motorista/operador e devidamente abastecidos.
- 5.3. A contratada obriga-se a manter ficha diária de produção dos equipamentos, conforme modelo a ser fornecido pela Administração, da qual constarão os horários de apresentação e de dispensa, bem como qualquer ocorrência.
- 5.4. A contratada deverá fornecer e exigir de seus funcionários o uso de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor e outros solicitados pela Fiscalização.
- 5.5. A contratada deverá colocar os equipamentos em adequadas condições de uso, correndo por sua conta toda e qualquer despesa com conservação e manutenção destes, suprimento de combustível e lubrificante.
- 5.6. Os equipamentos deverão ser apresentados, no local e horário pré-estabelecido, devidamente abastecidos de seu combustível.
- 5.7. Os motoristas deverão portar sempre os documentos de porte obrigatório do equipamento e o certificado de sua habilitação em dia.
- 5.8. Em caso de avaria do(s) equipamento(s), que impeça(m) a execução do(s) serviço(s) a contento, deverá(ão) este(s) ser(em) imediatamente substituído(s) por outro similar, de maneira a não interromper o correto andamento dos serviços durante o tempo necessário aos reparos.
- 5.9. No caso da ocorrência de apreensão do(s) equipamento(s), as despesas decorrentes da retirada, guincho e outras, correrão por conta da Contratada.
- 5.10. A Contratada será responsável pela segurança do trabalho de seus funcionários e pelos atos por eles praticados, responsabilizando-se, ainda, por eventuais danos pessoais e materiais causados a terceiros, durante a prestação dos serviços à PMSP - Subprefeitura Sé.
- 5.11. A Contratada se obriga a afastar ou substituir, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, sem ônus para a PMSP - Subprefeitura Sé, qualquer motorista de seu quadro, que, por sua solicitação, não deva continuar a participar da prestação dos serviços.
- 5.12. A Contratada deverá arcar com os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.
- 5.13. **Condições de recebimento do objeto.**
- 5.13.1. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços/material até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no **Recebimento Provisório**. (*Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021*).
- 5.13.2. Os serviços poderão **ser rejeitados, no todo ou em parte**, quando em desacordo com as especificações constantes neste **Termo de Referência** e na **Proposta (Anexo I - Edital)**, **sem prejuízo** da aplicação das penalidades.

5.13.3. Os serviços serão **recebidos definitivamente** por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

5.13.4. **Nenhum prazo de recebimento** ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

5.13.5. O **recebimento provisório ou definitivo** não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. O contratado será responsável:

6.2.1. Pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021). Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (art. 121 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.2.2. Manter os equipamentos cobertos por apólice de seguro total, abrangendo acidentes, furto, roubo, incêndio e terceiros, incluindo a franquia, devidamente regularizadas e licenciadas. As apólices de seguro dos equipamentos deverão ser apresentadas quando solicitadas pela contratante.

6.2.3. Manter a idade máxima dos equipamentos de 10 (dez) anos, sendo que estes deverão ser substituídos no momento oportuno, tendo como referência o ano de fabricação constante do documento do(s) equipamento(s). No caso de não ser(em) substituído(s), será(ão) considerado(s) como equipamento(s) faltante(s), ficando a empresa sujeita às penalidades previstas na cláusula do Termo de Contrato.

6.2.4. Realizar a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos locados.

6.2.5. Entregar os equipamentos no prazo de até 02 (dois) dias, em local indicado pelo fiscal e/ou suplente, conforme ordem de serviço;

6.3. A Subprefeitura indicará o(s) responsável(eis) pela fiscalização e gerenciamento do(s) ajuste(s), o(s) qual(is) deverá(ão), em especial:

6.3.1. Apontar a frequência dos equipamentos e motoristas, consignando a data das faltas.

6.3.2. Noticiar as ocorrências anormais durante a execução do contrato, propondo a aplicação de penalidade, se for o caso.

6.3.3. O(s) responsável(is) pela fiscalização do contrato deverá(ao) analisar as deficiências apresentadas diariamente, devendo saná-las diretamente com o respectivo representante da Contratada.

6.4. Sanções Aplicáveis:

6.4.1. Conforme determina o Art. 25 da Lei nº 14.133/2021, no contrato juntado ao edital, deverão conter todas as informações referentes as penalidades

contratuais, habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

6.5. Das Sanções

6.5.1. Conforme o art. 156 da Lei 14.133/2021, o contratado será responsabilizado administrativamente por qualquer infração ocorrida durante o período do contrato, sendo tais formas de aplicações indicadas no Termo Contratual, bem como nas demais legislações vigentes.

6.6. Vigência Contratual

6.6.1. Os serviços serão contratados pelo período de 12 (doze) meses corridos, prorrogável por iguais, sucessivos ou menores períodos obedecendo às mesmas condições, observando o prazo limite constante no Artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, por se tratar de serviços contínuos, nos termos da legislação vigente.

6.6.2. A vigência contratual e a prestação dos serviços serão iniciadas a partir da data indicada na "Ordem de Início dos Serviços", a ser expedida pela CONTRATANTE.

7. ESTIMATIVA DE PREÇO

7.1. O custo estimado total da contratação, nos termos do artigo 24 da Lei 14.133/2021, possui caráter restrito e será tornado público após o julgamento das propostas, visto o critério de julgamento adotado para a presente licitação ser o menor preço.

8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura do Município de São Paulo/ Subprefeitura Sé, através da Dotação indicada pela Supervisão de Finanças desta Subprefeitura.

9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta.

9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO TOTAL.

9.2. Exigências de habilitação.

9.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.3. Habilitação jurídica:

9.3.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.3.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de

documento comprobatório de seus administradores;

9.3.3. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.3.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.3.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.3.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.4. **Habilitação fiscal, social e trabalhista.**

9.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

9.4.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

9.4.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional - Certidão de Regularidade de Débitos Relativos a Tributos Federais e à dívida ativa da União, inclusive as contribuições sociais.

9.4.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.4.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.4.6. Prova de regularidade em relação à Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.4.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.4.8. Prova de Regularidade perante o Cadin Municipal;

9.4.9. Prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho;

9.4.10. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.4.11. Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas.

9.5. **Qualificação Econômico-Financeira**

9.5.1. Certidão negativa de pedido de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica em data não superior a 60 dias da data da

abertura do certame, se outro prazo não constar do documento - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

9.6. Qualificação Técnica

9.6.1. Atestado(s)/certidão(ões) de capacidade técnica operacional em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado que comprove(m) ter prestado serviços de natureza pertinente e compatível, no mínimo de 50% do objeto licitado, indicando o período da entrega, quantidades entregues e caracterização do bom desempenho da licitante.

9.6.2. Em se tratando da empresa com apresentação de Atestado de Capacidade Técnica emitido por empresa(s) de direito público ou privado, com Atestados por execução de serviços de características pertinentes ao objeto da presente licitação.

9.6.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados, de forma concomitante, dos serviços executados.

9.6.4. O(s) atestado(s) de capacidade técnica deverão se referir a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária especificadas no contrato social registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil - RFB. (Acórdão TCU nº 8364/2012 - 2ª Câmara)

9.6.5. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.6.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.6.7. Não será admitida a participação de cooperativas.

9.6.8. para o referido fornecimento, não será permitida a formação de consórcio: A vedação de participação de pessoas jurídicas consorciadas é exceção descrita no artigo 15 da Lei Federal nº 14.133/21. Para tanto, esta Administração entende que a participação de consórcios na presente licitação não garante aumento de competitividade e não trará prejuízos ao certame, haja vista que existem inúmeras empresas no mercado que têm ampla capacidade de fornecer o objeto da licitação em epígrafe. Diante dos fatos, não vislumbramos restrição à competitividade, economicidade e moralidade.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO.

10.1. As medições serão mensais e os critérios serão os seguintes:

10.2. Os pagamentos serão mensais, apontadas as horas trabalhadas pelos caminhões, máquina de acordo com as requisições efetuadas pela fiscalização e/ou gestora do contrato.

10.2.1. As solicitações relativas à disponibilização dos equipamentos serão efetuadas através de Ordens de Serviço emitidas pela fiscalização do contrato, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

10.2.2. Na Ordem de Serviços deverá constar o local da realização dos serviços, estimativa do período e escopo do serviço a ser realizado no respectivo local.

10.2.3. Todas as medições deverão conter um requerimento de pagamento, em papel timbrado da empresa, devidamente assinado e com identificação (legível) do responsável por parte da CONTRATADA, mencionando:

- Número do contrato (XXX/SUB-SÉ/202X);
- Número do SEI do contrato;
- Objeto contratual;
- Número da medição (1ª, 2ª, 58ª etc.);
- Período ao qual a referida medição contempla.

10.2.4. Certidões/declarações obrigatórias:

10.2.4.1. Deverão ser enviadas em arquivos separados, em formato pdf, com datas de validade vigentes:

- a) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral – CNPJ;
- b) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- c) Certidão Positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- d) Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo – Secretaria da Fazenda e Procuradoria Geral do Estado de São Paulo;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- f) Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN Estadual;
- g) Cadastro Informativo Municipal – CADIN Municipal;
- h) Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários – CONTRATANTE.

Caso a licitante não esteja cadastrada como contribuinte neste Município, deverá apresentar declaração, em papel timbrado, firmada pelo seu representante legal/procurador, sob as penas da lei, do não cadastramento e de que nada deve à Fazenda do Município de São Paulo, relativamente aos tributos mobiliários;

- i) Certidão negativa correcional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM);
- j) Optantes pelo sistema de desoneração de 3,50% (INSS): Considerando a Lei Federal no 12.546/2011 e, conforme Art. 9º § 6º da Instrução Normativa RFB no 1.436, de 30 de dezembro de 2013, as empresas optantes por tal sistema de desoneração deverão apresentar a declaração conforme Anexo III da referida Lei. Tal declaração deverá ser em papel timbrado, firmada pelo seu representante legal/procurador, sob as penas da lei, mencionando os dados contratuais:

- Número do contrato (XXX/SUB-SÉ/202X);
- Número do SEI do contrato;
- Objeto contratual;
- Número da medição (1ª, 2ª, 58ª etc.) e, respectivo, processo de medição;
- Período ao qual a referida medição contempla.

k) Empresas com sede em outros municípios também deverão apresentar as declarações do município sede.

10.2.4.2. Essa lista de certidões/declarações não substitui outras possíveis exigências, ou seja, documentos/certidões/declarações exigidas no edital ou

contrato continuam sendo obrigatórias e deverão ser enviadas juntamente com as certidões listadas acima.

10.2.4.3. O processo de pagamento será enviado para liquidação após a entrega de todos os documentos necessários à instrução do processo, que deverão atender à Portaria nº 275/SF/2024 conforme descrição abaixo:

a) Relação atualizada dos empregados vinculados à execução do contrato;

- Em papel timbrado, firmada pelo seu representante legal/procurador, sob as penas da lei, mencionando os dados contratuais:
- Número do contrato (XXX/SUB-PA/202X);
- Número do SEI do contrato;
- Objeto contratual;
- Número da medição (1ª, 2ª, 58ª etc.) e, respectivo, processo de medição;
- Período ao qual a referida medição contempla.
- Quando envolver equipes de trabalho, listar os funcionários separados por equipe e respectivos números de CTPS

b) Folha de frequência dos empregados vinculados à execução do contrato;

c) Folha de pagamento dos empregados vinculados à execução do contrato;

d) Cópia do protocolo de envio de arquivos, emitido pela conectividade social (GFIP/SEFIP);

e) Cópia da relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP do mês anterior a realização da despesa objeto do pedido de pagamento;

f) Cópia da guia quitada do INSS correspondente ao mês anterior à realização da despesa objeto do pedido de pagamento, juntamente com o respectivo comprovante de pagamento;

g) Cópia da guia quitada do FGTS correspondente ao mês anterior à realização da despesa objeto do pedido de pagamento, juntamente com o respectivo comprovante de pagamento;

h) Comprovante de que todos os empregados vinculados ao contrato recebem seus pagamentos em agência bancária localizada no Município ou na região onde serão prestados os serviços, mediante apresentação de uma declaração da empresa relacionando os nomes dos funcionários com os endereços das respectivas agências bancárias.

Em papel timbrado, firmada pelo seu representante legal/procurador, sob as penas da lei, mencionando os dados contratuais:

- Número do contrato (XXX/SUB-PA/202X);
- Número do SEI do contrato;
- Objeto contratual;
- Número da medição (1ª, 2ª, 58ª etc.) e, respectivo, processo de medição;
- Período ao qual a referida medição contempla.

i) No pagamento relativo ao último mês de prestação dos serviços, cópia dos termos de rescisão dos contratos de trabalho, devidamente homologados, dos empregados vinculados à prestação dos respectivos serviços, ou comprovação de realocação dos referidos empregados para prestar outros serviços.

10.2.5. **Documentos Técnicos:**

10.2.5.1. Fichas Diárias de Produção e Presença: devidamente assinadas e com carimbo de identificação (legível) por parte da CONTRATADA e da fiscalização. Apresentar conforme segue:

- De acordo com os modelos definidos no contrato ou propostos/sugeridos pela CONTRATADA;
- Organizadas em ordem cronológica;
- Separadas por tipo de equipamento e Assinadas diariamente pelo motorista/operador responsável por dirigir/operar os equipamentos em questão.

10.2.5.2. Calendário de Serviços: devidamente assinados e com carimbo de identificação (legível) por parte da CONTRATADA e da fiscalização. Apresentar conforme segue:

- De acordo com os modelos definidos no contrato ou propostos/sugeridos pela CONTRATADA;
- Organizadas em ordem cronológica e separadas por tipo de equipamento.

10.2.5.3. Ordens de Serviço - OS: devidamente assinados e com carimbo de identificação (legível) por parte da fiscalização. Apresentar conforme segue:

- De acordo com os modelos definidos no contrato ou propostos/sugeridos pela CONTRATADA;
- Organizadas em ordem cronológica;
- Separadas por tipo de equipamento, quantidade utilizada;
- Identificação do local e
- Assinadas pela fiscalização

10.2.5.4. Relatório de Monitoramento (GPS)

10.2.5.5. Planilha de Medição: Será emitida mensalmente pela CONTRATANTE, após verificação da documentação disponibilizada pela CONTRATADA e dos quantitativos devidamente comprovados, e deverá ser entregue para a fiscalização imediata, com assinatura e identificação legível do responsável por parte da CONTRATADA.

10.2.6. Nota Fiscal: só poderá ser emitida após aprovação dos documentos e emissão da Planilha de Medição emitida pela fiscalização do contrato.

10.2.6.1. No descritivo da(s) Nota(s) Fiscal(is), deverão constar os dados contratuais:

- Número do contrato (XXX/SUB-PA/202X);
- Número do SEI do contrato;
- Objeto contratual;
- Número da medição (1ª, 2ª, 58ª etc.) e, respectivo, processo de medição; e
- Período ao qual a referida medição contempla.

10.2.7. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela mensal.

10.2.8. Caso venha a ocorrer a necessidade de providências complementares

por parte da detentora, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

10.2.9. A liquidação está condicionada à inexistência de pendências no CADIN Municipal.

10.2.10. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado nos termos do Art 1º do Decreto Municipal 51.197/2010, salvo as situações excepcionais constantes do artigo 1º, §19 de SF Nº 9 de 12 de Janeiro de 2021.

10.2.11. Quaisquer pagamentos não isentarão a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação dos serviços.

10.2.12. Havendo atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva do Contratante, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais haverá compensação financeira.

10.2.13. O pagamento da compensação financeira dependerá de requerimento a ser formalizado pelo Contratado, nos termos da Portaria SF 05/2012, publicada no DOC de 07/01/2012

O presente documento segue assinado pelos responsáveis da área da Supervisão Técnica de Manutenção conforme determina o §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Elizabeth Cristina Andreu de Miranda

Assessora II

Juliane Machado da Silva

Arquiteta

Evaldo José de Freitas Gomes

Supervisor

Supervisão Técnica de Manutenção



Elizabeth Cristina Andreu de Miranda
Assessor(a) II

Em 31/03/2026, às 10:47.



JULIANE MACHADO DA SILVA
Arquiteto(a)

Em 31/03/2026, às 10:48.



Evaldo Jose de Freitas Gomes
Supervisor(a)

Em 31/03/2026, às 11:03.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **153042693** e o código CRC **687D3010**.

Referência: Processo nº 6056.2026/0004236-8

SEI nº 153042693